

Aula 01 - Conceitos Fundamentais de Economia

Nesta aula, você aprenderá o que a Economia estuda. Será apresentado(a) aos conceitos de escassez, produção, bens e serviços e fatores de produção. Saberá quais os problemas econômicos fundamentais e como a economia de mercado responde a eles. Conhecerá o método de estudo da Economia, através dos modelos econômicos, e observará dois modelos simples – o fluxo circular da renda e a fronteira das possibilidades de produção.

Introdução e Desenvolvimento

O objeto central da economia: a escassez

A razão essencial da existência da Teoria Econômica (ou Ciência Econômica) é a **escassez**. Este conceito refere-se à falta ou insuficiência de alguma coisa. No caso das sociedades humanas, observamos que há um conflito constante entre **necessidades** e **recursos**, pois as nossas necessidades são ilimitadas, enquanto os recursos são escassos.

Ao falarmos das necessidades, estamos nos referindo aos principais elementos que garantem a sobrevivência material da espécie humana (todos e cada um de nós). No que você pensa quando se fala de necessidades com esse significado?

Enumerei abaixo as necessidades básicas do homem atual. É bastante provável que esta lista contenha muitos, ou quase todos, os itens da sua própria lista:

- alimentos (sólidos e líquidos)
- vestuário e calçados
- moradia, mobília
- água corrente e eletricidade



- utensílios domésticos e eletrodomésticos
- meios de transporte

Esta lista é muito limitada. Observe, por exemplo, que excluímos tudo o que representa lazer e recreação no lar (aparelhos eletrônicos, livros e revistas etc.). Observe, ainda, que os meios de transporte podem variar de uma simples bicicleta a uma moto, um automóvel ou ao transporte público (ônibus, trem, metrô). Atividades fora do lar nem foram arranhadas (cinema, bares e restaurantes, viagens etc.). Além disso, se pensarmos que a vida em sociedade requer também que cada um possa contribuir para a melhora coletiva, através da participação enquanto cidadão livre e ativo, então o rol das necessidades aumenta bastante. Não acha? Pois estaríamos falando também em educação e saúde generalizados, imprensa livre e variada, governos democráticos com eleições regulares, justiça organizada e eficiente, etc.

Existe um número significativo de seres humanos que conseguem, ao menos, usufruir a lista de necessidades básicas e muitos destes também se beneficiam dos itens citados abaixo da lista, tais como lazer, educação, saúde, etc. No entanto, os itens enumerados como de necessidades básicas do homem está fora do alcance de parcelas significativas da humanidade atual. Milhões de pessoas, no Brasil e no mundo, não tem acesso a essa lista como um todo. No máximo, elas conseguem obter dois ou três daqueles itens em quantidades insuficientes. Você já viu quantas pessoas passam fome no Brasil e no mundo? Quantos desabrigados existem pelas ruas a fora? A este fato denominamos de **exclusão social**, ou seja, a exclusão do acesso aos bens materiais mais elementares e à própria participação nas decisões da sociedade.

O registro desse fato comum é importante para assinalar duas importantes características da vida social: **as desigualdades sociais** e a **atualidade da luta pela sobrevivência** de todos e de cada um. Os “incluídos” – isto é, aqueles que tem pelo menos acesso à lista mínima e à participação na cidadania – são, na imensa maioria, pessoas sem qualquer segurança de que manterão esse acesso por toda a sua vida.



O que a economia tem a ver com isso tudo?

Veja, você acabou de ter o seu primeiro contato com a **escassez**, no sentido econômico da palavra. Se você for analisar, perceberá que os próprios itens da nossa lista, considerados necessários a um mínimo de qualidade de vida humana, não estão acessíveis a todos. Entre os que conseguem esse acesso, a maioria o faz à custa de muita luta, por todos os dias e anos de suas vidas. Mas o *principal aspecto da escassez* ainda não foi mencionado: a **escassez de recursos**.

E o que são recursos? A palavra **recursos** não se refere apenas a “dinheiro”. Olhe novamente aquela lista de itens básicos e reflita: o que é preciso para que cada um deles esteja disponível para o nosso consumo? Aparecerá uma outra lista de elementos necessários para torná-los disponíveis: terra, ou área (espaço); materiais que se transformarão naqueles itens (sementes, matérias-primas e componentes); ferramentas, máquinas, instalações para possibilitar o processamento desses materiais; mão-de-obra humana, tanto direta (com a “mão na massa”), como indireta (técnicos, administradores, pessoal de apoio administrativo). Essa lista de elementos necessários acabará se tornando maior do que a primeira.

Podemos dizer, então, que são necessários **recursos materiais, técnicos, humanos e financeiros** para os itens de necessidade básica do ser humano estejam disponíveis às pessoas que deles necessitam.

Assim, os recursos financeiros – que correspondem ao dinheiro ou a algo equivalente a ele (conta bancária, cartões de crédito ou linhas de financiamento, títulos e ações etc.) - são importantes, mas não exclusivos. Sua importância é que eles possibilitam comprar ou pagar pelos demais recursos – mas não os substituem. Não se faz comida, roupa ou moradia com dinheiro.

Infelizmente, os recursos mencionados são escassos. Em parte, porque a natureza não os oferece em todos os lugares de forma abundante. Os materiais básicos, por exemplo, não estão disponíveis generalizadamente. Sementes requerem, muitas vezes, solos específicos e tratamento das



plantas (além disso, as plantas pertencem aos proprietários das terras em que estão enraizadas). Os minérios estão mal distribuídos. A mão-de-obra necessária para produzir certos bens e serviços pode não ser aquela que se encontra numa região ou país: os conhecimentos e habilidades variam muito.

Outra parte do problema refere-se ao uso que os homens fazem desses recursos. A terra, por exemplo, já foi no passado e continua a ser hoje motivo de disputa pela sua posse – alguns a têm e outros querem tê-la, mas não dispõem de meios para isso. Essa disputa foi importante em diversos países e continua a ser assunto diário no Brasil.

Além disso, nós, humanos, acabamos utilizando, muitas vezes de forma irresponsável, alguns recursos da natureza que não eram, mas passaram a ser (por nossa culpa) escassos. A **água** é o maior exemplo da atualidade. O “planeta água” – como se refere a canção – está cada vez mais ameaçado pela poluição e pelo desperdício desse líquido precioso. Alguns estudiosos (inclusive economistas) consideram que, já neste século, a água pode vir a ser mais valorizada do que o petróleo é hoje.

O bicho-homem é um eterno criador de necessidades

Parece-nos muito natural ficarmos preocupados com um “apagão”, como ocorreu há poucos anos, ou com a possibilidade de racionamento de água. Muitos de nós nos angustiamos com a queda da conexão da Internet ou a interrupção de uma ligação do celular: Negócios importantes ou assuntos pessoais urgentes podem sofrer graves danos!

Algum de vocês já pensou em consultar seus pais (para quem está na casa dos 40 anos é suficiente) ou avós, sobre como eles viviam sem essas angústias? Nossa espécie tem algumas dezenas de milhares de anos e somente agora tais necessidades tornaram-se indispensáveis. As abelhas e as formigas possuem uma organização social complexa, mas vivem hoje exatamente como viviam há dez mil anos, ao contrário dos seres humanos.



Essa é nossa característica no conjunto do reino animal. Consciência e inteligência nos levaram, muito cedo, a compreender que, individualmente, não sobreviveríamos. Somos uma espécie muito desprotegida: sem garras, bicos ou veneno, sem pêlos ou pele gordurosa contra o frio, sem nada que nos habilite a sobreviver ante os perigos da natureza. Só a organização coletiva podia fazer frente a isso: fomos coletores, depois caçadores, depois agricultores e criadores de animais. A cada mudança – e dentro dessas maiores, outras mudanças menores ocorriam freqüentemente: a descoberta de novos produtos a cultivar, novos animais a criar, novas técnicas de uso do solo e assim por diante – criávamos novas necessidades. Novos materiais, novas ferramentas, novos espaços, novas formas de organização coletiva, novas habilidades e conhecimentos, tudo está em constante mudança. Além disso, até os produtos e recursos tradicionais tinham que ser continuamente aumentados, tanto pelo crescimento da população, como pelo desejo natural de melhorar os padrões de vida. Durante uns quatro milênios, as mudanças ocorriam entre séculos.

Porém, os últimos duzentos anos foram particularmente velozes nas transformações. Durante a Idade Média (cujas datas-limite oficiais são 476 e 1453), a vida de um europeu não era muito diferente daquela de seu bisavô, salvo em algum detalhe secundário. Mas, desde o final do século XVIII (18), a humanidade entrou em uma vertigem de mudança cada vez maior. O historiador Eric Hobsbawm assinala que na segunda metade do século XX ocorreu uma transformação de maior vulto em nossa vida coletiva: pela primeira vez, a maioria da nossa espécie deixou de viver da agropecuária e passou a depender das atividades urbanas (indústria, comércio e serviços). Já há quarenta anos, os psicólogos analisam o “conflito de gerações”. Esse conflito é, em grande parte, devido à mudança brutal no modo de produzir, consumir e viver em sociedade, que altera várias vezes os valores e a percepção que as pessoas têm do mundo ao longo de uma vida humana. A chave desse processo de transformação, de criação de novas necessidades e redescoberta constante da escassez é o **processo de trabalho**. Das comunidades primitivas à sociedade moderna, ele tem sido o motor da vida social. O trabalho é o centro da **produção**. Essa produção é a arma coletiva que descobrimos para tentar superar a escassez.



E o que os seres humanos produzem? Essencialmente, dois tipos de produtos: **BENS** e **SERVIÇOS**.

A produção de bens e serviços: nossa resposta à escassez

O que são **bens** e **serviços**? De forma geral, bens e serviços são produtos do trabalho humano que atendem a necessidades humanas. Porém, o primeiro trata de produtos materiais (físicos) e o segundo de produtos abstratos que envolvem a oferta de ações específicas realizadas geralmente por outros seres humanos que dominam a técnica para realizá-las.

Como disse anteriormente, **bens** são produtos com existência física, portanto são tangíveis (podemos vê-los, senti-los ou tocá-los). Eles têm forma, cor, textura - enfim, características físicas - e subdividem-se em quatro grupos:

- **bens de consumo não duráveis**: devem ser renovados freqüentemente, esgotam-se ou desgastam-se rapidamente. Isso inclui alimentos e bebidas, materiais de higiene e limpeza, vestuário e calçados;
- **bens de consumo duráveis**: podem ser consumidos durante um tempo maior e não precisam ser renovados com freqüência. Automóveis (veículos em geral), eletrodomésticos e aparelhos eletrônicos são típicos deste grupo;
- **bens intermediários**: resultam de um primeiro processamento industrial, mas não servem para o consumo. Voltam ao processo produtivo para dar origem a bens finais. Exemplos: aço, celulose, metais processados, petróleo, produtos químicos;
- **bens de capital**: são bens finais, mas não se destinam ao consumo das famílias e sim das empresas. São "bens que produzem outros bens". Máquinas e equipamentos, em geral, representam este grupo.

Serviços não têm existência física: um ônibus é físico (portanto, é um bem), mas o transporte que ele realiza (deslocamento de pessoas entre locais distintos) não é algo físico, não pode ser tocado, sentido ou visto em termos de forma ou cor. Um corte de cabelo utiliza bens físicos – tesoura, aparelho elétrico – mas não é, em si mesmo, físico. Vemos seu resultado



na pessoa, o barbeiro/cabeleireiro, agindo, mas o corte em si mesmo não existe fisicamente. Esta aula utiliza elementos físicos – e você a está lendo em papel ou no computador – mas a aula em si, a transmissão do conhecimento, não é física. E um dos elementos desta aula é a energia elétrica transmitida desde uma usina a centenas ou milhares de km de distância: você a usa (como iluminação para sua leitura em papel, ou como fonte de energia para seu computador), mas não a vê.

Outra importante diferença: bens são primeiro produzidos e depois consumidos. Há uma separação no tempo entre esses dois momentos. Ela pode ser grande ou pequena (anos, décadas ou minutos) – mas sempre há distinção entre a produção e o consumo. Já os serviços são consumidos apenas durante o período em que estão sendo prestados. Se o motorista parar para um cochilo, o serviço de transporte se interrompe imediatamente. O corte de cabelo acaba quando o barbeiro cessa seu trabalho. A aula termina assim que o professor deixa de transmitir os conhecimentos pretendidos. Se o operador da usina hidroelétrica interromper sua atividade, imediatamente você ficará sem energia e terá que parar sua aula no computador ou sua leitura (se a luz do sol for insuficiente). Por isso, é mais correto falar em **prestação de serviços**. É somente para simplificar que dizemos “produção de bens e serviços”.

A produção de bens e serviços é uma atividade central na vida social, desde o final da pré-história até a nossa era de economia globalizada. Ela baseia-se em dois princípios fundamentais:

- É realizada através do trabalho humano. Por mais automatizada que seja a produção, ainda não se conseguiu tornar nenhum bem ou serviço totalmente independente do trabalho humano. E inúmeros produtos mantêm um nível muito limitado de automatização.
- Sua produção requer aqueles recursos mencionados anteriormente (materiais, técnicos, financeiros e humanos) que são chamados de **recursos produtivos**, ou ainda, **fatores de produção**.

Separamos, anteriormente, os recursos produtivos em técnicos, materiais, humanos e financeiros. Mas para os economistas tem-se uma

outra classificação. Os fatores de produção agrupam-se em três tipos fundamentais:

- **terra**, ou **recursos naturais** (inclui a vegetação, o subsolo etc.)
- **trabalho** (a expressão “mão-de-obra” é limitada, porque o fator trabalho inclui também o trabalho técnico, administrativo e intelectual)
- **capital**: este termo refere-se aos equipamentos físicos usados no processo de trabalho, como máquinas, ferramentas, instalações físicas (fábricas, galpões, currais, escritórios etc.)

O que a ciência econômica estuda

Podemos agora sintetizar o objeto de estudo da Economia em:

Como os homens alocam (distribuem) seus recursos escassos para atender necessidades sempre crescentes. Também estudamos como as sociedades se organizam para realizar a produção e como os produtos criados são repartidos ou distribuídos entre os membros da sociedade.

Produção, distribuição e consumo estão no foco da Ciência Econômica. Nesses três processos, uma infinidade de decisões são tomadas. Produtores decidem como combinar os fatores de produção (quanto de cada fator será utilizado); consumidores decidem quanto de cada bem ou serviço irão comprar. Produtores e consumidores sofrem uma **restrição orçamentária**: os recursos financeiros de que dispõem são limitados. Portanto, cada escolha significa uma renúncia a um uso alternativo desses recursos. Usar mais de um fator (por exemplo, trabalho) implica em usar menos de outro (por exemplo, máquinas). Comprar mais de um bem ou serviço implica em reduzir ou anular as compras de outro(s). Isso leva alguns economistas a definir a Economia como “ciência das escolhas”, o estudo científico de como essas decisões são tomadas e das conseqüências que acarretam para a própria economia.



Os economistas chamam **custo de oportunidade** aquilo que se deixa de produzir ou consumir cada vez que se faz uma escolha. Se pago meus estudos, terei que gastar menos com diversão ou roupas de grife. O que deixei de consumir é o custo de oportunidade de minha opção pelo estudo. De maneira análoga, um empresário que aloca seus fatores de produção para um produto prioritário está sacrificando a produção de outro produto. Este produto não fabricado é o custo de oportunidade daquele efetivamente produzido. Note que este conceito de custo é distinto do conceito contábil: aqui não se gastou nada, apenas deixou-se de produzir ou consumir algo. Em economia, este custo não substitui o custo contábil, mas tem uma grande importância. Na verdade, é um **custo oculto**: nem todos o percebem, mas é real e tem consequências estudadas pela Ciência Econômica.

Muitos estudos econômicos são, na verdade, comparações entre usos alternativos dos recursos: teria sido melhor para a empresa ou para a sociedade produzir bens e serviços diferentes daqueles escolhidos? O gasto em bens e serviços alternativos traria melhores resultados em termos de bem-estar individual ou coletivo? Quem, na verdade, está pagando pelas decisões adotadas em nome da sociedade? Não apenas pagando monetariamente, mas com a renúncia a dispor de bens e serviços diferentes daqueles escolhidos. Um economista famoso cunhou um provérbio repetido por todos os autores sobre Economia: **“Não existe almoço de graça”**. Talvez, quem irá pagar a conta não esteja percebendo isso; nem por isso deixará de arcar com os custos, de uma maneira ou de outra.

A economia é uma ciência social, ou seja, estuda as interações entre as atividades e decisões individuais (de empresas e de pessoas) e seu impacto para a sociedade em seu conjunto, ou para os diversos grupos que a compõem. Por isso, ela interage com outras ciências sociais, como o direito, a sociologia, a história e a ciência política. Robinson Crusoe sozinho numa ilha não é um tema de estudo econômico, a não ser por contraste com outras pessoas interagindo entre si.



Os problemas econômicos fundamentais ou as três grandes perguntas de toda economia.

Uma vez que a Economia estuda como se combinam recursos escassos para produzir bens e serviços que satisfaçam as necessidades humanas e como estes serão distribuídos, surgem imediatamente três perguntas que qualquer organização social tem que responder, desde uma tribo indígena, uma sociedade escravocrata (como o Brasil no séc. XIX) a uma economia capitalista ou socialista. São elas:

- **O que produzir?** Ou seja, quais bens e serviços serão priorizados, dado que a escassez de recursos impossibilita produzir tudo o que a sociedade deseja;
- **Como produzir?** Isto é, quais técnicas serão utilizadas, que proporção de cada fator de produção será adotada na produção de cada bem e serviço;
- **Para quem produzir?** Quer dizer, ao final de tudo, quem irá adquirir e consumir os bens e serviços produzidos – esta questão relaciona-se com a distribuição de renda na sociedade.

Historicamente, houve diversas respostas a essas questões. Cada resposta (ou melhor, cada conjunto de respostas) implica num determinado **sistema econômico**: um conjunto de leis, instituições, regras e atitudes sociais que envolvem toda a atividade produtiva.

Atualmente, a maioria dos países adota a economia de mercado (também denominada sistema capitalista) como forma de responder a essas questões. As economias socialistas já foram uma resposta alternativa, mas hoje poucos países adotam esse sistema. Há economistas, cientistas sociais, líderes políticos e empresários que consideram as respostas do capitalismo como adequadas. Outros discordam: estes críticos vêm buscando alternativas viáveis, desde o fim do socialismo soviético e do Leste europeu.

Podemos observar essa discordância em dois grupos de lideranças que se reúnem periodicamente. O primeiro é o Fórum de Davos (cidade suíça



onde costumam ocorrer suas reuniões), dos defensores da economia de mercado, que buscam aperfeiçoá-la. O segundo é o Fórum de Porto Alegre (assim chamado porque sua principal reunião mundial ocorreu na capital gaúcha), que discute formas alternativas de organização social e econômica.

A economia de mercado funciona baseada em decisões descentralizadas. Empresários decidem individualmente sobre os processos produtivos e as famílias (consumidores) decidem individualmente sobre seu consumo. Os empresários baseiam-se em seus recursos disponíveis e nas indicações do mercado: preços em alta significam interesse dos consumidores; preços em baixa mostram desinteresse destes. Observando os preços dos bens e serviços e também dos fatores de produção (salários etc.), os empresários escolhem o que irão oferecer ao mercado. Os consumidores (as famílias) baseiam-se na sua renda e nos preços do mercado para decidir o que consumirão. O papel do governo é manter as regras gerais e evitar abusos, interferindo pouco nessas decisões.

O método da ciência econômica

O ECONOMISTA COMO CIENTISTA

Os economistas tentam tratar seu campo de estudo com a objetividade de um cientista. Eles encaram o estudo da economia de forma muito semelhante à de um físico quando estuda a matéria ou de um biólogo quando estuda a vida. Eles formulam teorias, coletam dados e depois analisam esses dados para confirmar ou refutar suas teorias.

Parece estranho, à primeira vista, afirmar que a economia é uma ciência. Afinal, os economistas não trabalham com tubos de ensaio ou telescópios. Contudo, a essência da ciência é o método científico – a conformação e o teste desapaixonados de teorias sobre o funcionamento do mundo. Esse método de estudo é tão aplicável ao estudo da economia de uma nação quanto ao estudo da gravidade terrestre ou da evolução das espécies. Como disse Albert Einstein, “A ciência não é nada mais do que o refinamento do pensamento cotidiano” .



Embora o comentário de Einstein seja verdadeiro tanto para as ciências sociais, como a economia, quanto para as ciências naturais, como a física, poucas pessoas estão acostumadas a olhar para a sociedade com os olhos do cientista. Portanto, vamos tratar algumas das formas pelas quais os economistas aplicam a lógica da ciência ao exame do funcionamento de uma economia.

Método Científico: observação, teoria e mais observação

Isaac Newton, o famoso cientista e matemático do século XVII, ficou curioso um dia, segundo se conta, ao ver uma maçã caindo da árvore. Essa observação levou a Newton desenvolver uma teoria da gravidade que tanto serve para uma maçã que cai no chão quanto a quaisquer dos objetos do universo. Subseqüentes testes da teoria de Newton mostraram que ela se aplica a muitas circunstâncias (embora, como mais tarde Einstein observaria, não todas as circunstâncias). Como a teoria de Newton foi tão bem sucedida na explicação de observações, ela é ensinada em cursos de física ainda hoje.

Uma interação entre teoria e observação também se registra no campo da economia. Um economista pode viver em um país que registra rápido crescimento e em função dessa observação poderá formular uma teoria da inflação. A teoria pode afirmar que altas inflações ocorrem quando o governo emite moedas demais. Para testar esta teoria, o economista poderá coletar e analisar dados sobre preços e moeda de diferentes países. Se o crescimento da quantidade de moeda não registrasse nenhuma relação como a taxa de crescimento dos preços, o economista duvidaria da validade de sua teoria. Se o crescimento da moeda e dos preços estivesse altamente correlacionado nos dados internacionais, como de fato está, o economista passaria a ter mais confiança em sua teoria.

Embora os economistas, como os demais cientistas, utilizem a teoria e a observação, eles enfrentam um empecilho que torna sua tarefa



extremamente desafiadora: com frequência, os experimentos no campo da economia são difíceis. Os físicos que estudam a gravidade podem deixar cair muitos objetos no laboratório para gerar dados necessários ao teste das suas teorias. Já os economistas que estudam a inflação não podem controlar a política monetária do país simplesmente para gerar dados úteis. Os economistas, como os astrônomos e os biólogos que estudam a evolução, em geral têm que trabalhar com quaisquer dados que o mundo possa lhes fornecer.

Para encontrar um substituto para as experiências de laboratório, os economistas prestam muita atenção aos experimentos naturais oferecidos pela história. Quando uma guerra no Oriente Médio interrompe o fluxo de petróleo cru, por exemplo, seus preços disparam em todo o mundo. Isso deprime os padrões de vida dos consumidores de petróleo e derivados. Para os formuladores de políticas econômicas, esse fato coloca uma escolha difícil quanto às medidas mais adequadas a serem implementadas. Mas para os cientistas econômicos, tal fato proporciona uma oportunidade de estudar os impactos de um produto natural de fundamental importância sobre a economia mundial, e essa oportunidade persiste muito tempo depois do fim do aumento dos preços do petróleo. Esses episódios são valiosos, para o estudo porque nos permitem ver como a economia funcionou no passado, e sobretudo, porque nos permitem ilustrar e avaliar as teorias econômicas do presente.

O papel das hipóteses

Se você perguntar a um físico quanto tempo leva para uma bolinha de gude cair do alto de um edifício de dez andares, ele responderá a questão supondo que a bolinha cai no vácuo. Naturalmente esta suposição é falsa. De fato, o edifício está cercado de ar, que exerce um atrito sobre a bolinha e retarda sua queda.

Contudo, o físico esclarecerá, corretamente, que esse atrito sobre a bolinha é tão pequeno que é negligenciável. Supor que a bolinha cai no vácuo simplifica muito o problema sem alterar substancialmente a resposta.



Os economistas elaboram hipóteses pela mesma razão: as hipóteses facilitam a compreensão do mundo. Para estudar os efeitos do comércio internacional, por exemplo, podemos supor que o mundo é constituído por dois países e cada um produz dois bens. Na verdade, o mundo real é formado por muitos países e cada um deles produz milhares de bens. Mas a hipótese de dois países e dois bens permite concentrar nosso pensamento. Uma vez que compreendido o comércio internacional num mundo imaginário de dois países e dois bens, estamos em melhor posição para entender o comércio internacional no mundo complexo em que vivemos.

A arte do pensamento científico – refira-se ele à física, à biologia ou à economia – está em decidir quais hipóteses formular. Suponha, por exemplo, que em lugar de deixar cair a bolinha de gude, deixamos cair uma bola de futebol do alto do prédio. O físico considerará que a hipótese de ausência de atrito não se aplica neste caso: o atrito afeta mais a bola de futebol do que a bolinha de gude. A hipótese de que a gravidade opera no vácuo é razoável para estudar a queda da bolinha de gude mas não para estudar a queda da bola de futebol.

Da mesma forma, os economistas usam diferentes hipóteses para responder a diferentes questões. Suponha que queremos estudar o que ocorre na economia quando o governo altera a quantidade de dólares que circula na economia. Parte importante desta análise é saber como os preços reagirão. Muitos dos preços de uma economia mudam com pouca freqüência; os preços das revistas, por exemplo, só mudam depois de vários anos. Sabendo deste fato podemos formular diferentes hipóteses para estudar os efeitos da alteração da política em diferentes horizontes temporais. Para estudar esses efeitos em curto prazo, podemos supor que os preços não mudam muito, podemos até considerar a hipótese extrema e artificial de que os preços permanecem fixos. Contudo, ao estudar os efeitos da política em longo prazo, podemos supor que os preços são completamente flexíveis. Da mesma forma que o físico usa diferentes hipóteses quando estuda a queda de bolinhas de gude ou de bolas de futebol, os economistas usam diferentes hipóteses quando estudam os efeitos de uma alteração na quantidade de moeda no curto e no longo prazo.

Modelos econômicos

Na escola secundária os professores de biologia ensinam anatomia básica usando réplicas plásticas do corpo humano. Esses modelos têm todos os órgãos principais – o coração, o fígado, os rins e assim por diante. Esses modelos permitem ao professor mostrar a seus alunos, de uma forma simples, como se encaixam as partes importantes do corpo. Naturalmente, esses modelos plásticos não são corpos humanos de verdade, e ninguém confundiria o modelo com a pessoa. Esses modelos são estilizados e evitam vários pormenores. Contudo, a despeito dessa falta de realismo – na verdade, devido a essa falta de realismo - estudar esses modelo é útil para aprender como o corpo humano funciona.

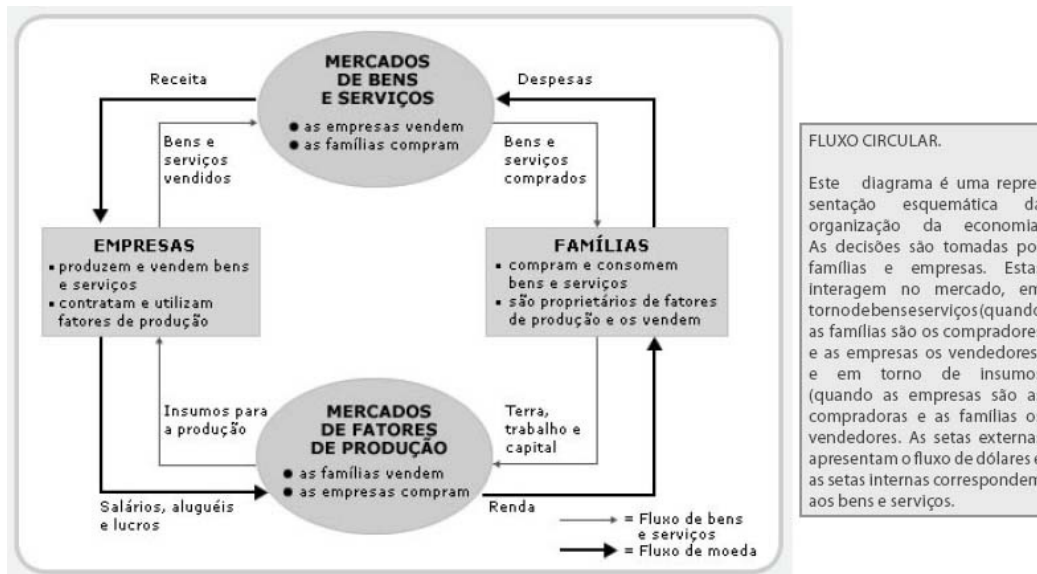
Os economistas também usam modelos para prender o funcionamento do mundo, mas em vez de serem de plástico, os modelos econômicos são compostos de diagramas e equações. Como os modelos de plástico do professor de biologia, os modelos econômicos omitem muitos detalhes para omitir uma visão do que é realmente importante. Da mesma forma que o modelo de plástico do professor de biologia não inclui todos os músculos e vasos capilares, os modelos do economista não incluem todos os aspectos da economia.

Da mesma forma que o físico começa a análise da queda da bolinha de gude afastando a existência do atrito, os economistas afastam muitos dos pormenores da economia que são irrelevantes para a questão em pauta. Todos os modelos – na física, na biologia ou na economia – simplificam a realidade para melhorar sua compreensão.

Primeiro Modelo: o diagrama do fluxo curricular da renda

A economia é constituída de milhões de pessoas envolvidas em muitas atividades – compra, venda, trabalho, locação, produção e assim por diante. Para entender como funciona a economia precisamos encontrar

alguma forma de simplificar o quadro de tais atividades. Em outras palavras, precisamos de um modelo que explique, em termos gerais, como se organiza a economia.



A figura acima apresenta um modelo visual da economia chamado **diagrama do fluxo circular da renda**. Neste modelo, a economia compreende dois tipos de tomadores de decisões – famílias e empresas. As empresas produzem bens e serviços usando vários insumos, tais como trabalho, terra e capital (prédios e máquinas). Esses insumos são chamados fatores de produção. As famílias são as proprietárias dos fatores de produção e consomem todos os bens e serviços produzidos pela empresa.

Famílias e empresas interagem em dois tipos de mercados. Nos mercados de bens e serviços as famílias são compradoras e as empresas, vendedoras. Em outras palavras, as famílias compram os bens e serviços produzidos pelas empresas. Nos mercados de fatores de produção, as famílias são vendedoras e as empresas, compradoras. Nestes mercados, as famílias oferecem às empresas os insumos necessários à produção de bens e serviços. O diagrama do fluxo circular da renda oferece uma forma simples de organizar todas as transações econômicas que ocorrem e torno das famílias e das empresas na economia.

No circuito interno do diagrama, as empresas usam os fatores para produzir bens e serviços que, por sua vez, são vendidos às famílias nos mercados de bens e serviços. Portanto, os fatores de produção fluem das famílias para as



empresas, e os bens e serviços fluem das empresas para as famílias.

O circuito externo do diagrama mostra o fluxo de dólares. As famílias gastam dólares para comprar bens e serviços oferecidos pelas empresas. As empresas usam parte da receita de suas vendas para pagar os fatores de produção, como, por exemplo, salários aos funcionários. O que sobra é lucro dos donos das empresas, que por sua vez são membros das famílias. Portanto, a despesa com bens e serviços flui das famílias para as empresas e a renda, em forma de salários, de aluguéis e de lucros, flui das empresas para as famílias

O diagrama do fluxo circular de renda é um modelo simples da economia. Deixa de lado vários elementos que em certas circunstâncias são importantes. Um modelo de fluxo circular da renda mais complexo e realístico incluiria, por exemplo, o governo e o comércio internacional. Contudo, esses pormenores não são cruciais para um entendimento básico da forma de organização da economia. Em função de sua simplicidade é útil ter em mente o diagrama do fluxo circular da renda quando se quer pensar sobre a forma como as peças da economia se encaixam.

No texto acima, você passou a conhecer o método utilizado pela Ciência Econômica. O modelo apresentado (o fluxo circular da renda) é muito útil. Nada se altera se pensarmos em reais ao invés de dólares. O modelo refere-se a uma economia genérica. Guarde suas principais definições para o momento em que estudaremos a Macroeconomia (aula 07).

Vejamos agora um segundo modelo, também importante para um contato inicial com os desafios da Economia. Vamos falar da Curva (ou Fronteira) das Possibilidades de Produção.

Uma economia simplificada (lembre-se, é um modelo) produz apenas dois tipos de bens: alimentos (bens de consumo) e máquinas (bens de produção). Alimentos saciarão a fome agora, mas nada ficará para amanhã ou para o próximo ano. A capacidade produtiva da economia não terá aumentado, mas a população, provavelmente, sim. Por outro lado, máquinas novas permitirão produzir mais no futuro, mas hoje (neste ano) não saciarão as

necessidades das pessoas. O que decidiremos produzir?

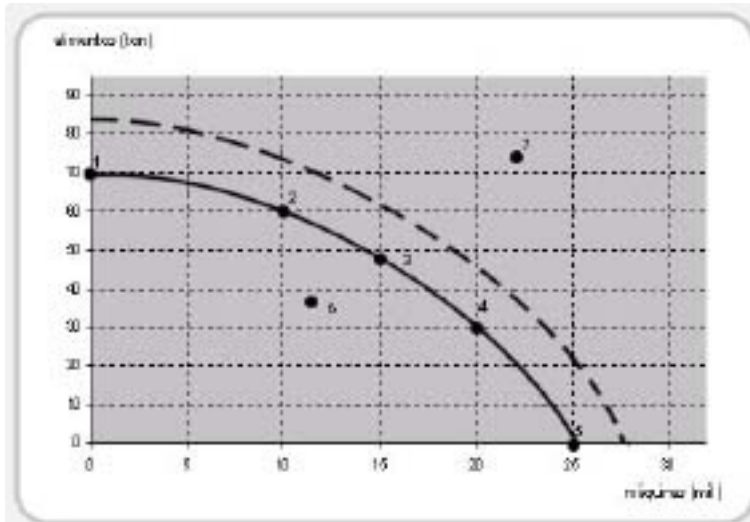
Podemos pensar nos fatores de produção utilizados para produzir cada grupo citado. Eles podem ser deslocados da produção de máquinas para a de alimentos, ou vice-versa. Os fatores são escassos (essa é a lei geral da Economia), por isso não poderemos produzir todas as máquinas e todos os alimentos que gostaríamos. Temos que **escolher**. A tabela abaixo mostra as escolhas possíveis.

Alternativa	Máquinas (milhares)	Alimentos (toneladas)
1	25	0
2	20	30,0
3	15	47,5
4	10	60,0
5	0	70,0

As alternativas 1 e 5 representam os extremos: na primeira, produziremos apenas máquinas e nenhum alimento. Os fatores de produção existentes permitem, nesse caso, a produção de 25 mil máquinas. No outro extremo, podemos utilizar esses fatores apenas para produzir alimentos, atingindo assim o máximo de 70 toneladas. As demais alternativas mostram combinações possíveis de ambos os produtos, utilizando todos os fatores de produção disponíveis.

As combinações da tabela podem ser representadas no gráfico a seguir (a curva correspondente à tabela é a cheia). Os pontos 1 até 5 são os da tabela. Todos estão sobre a curva, o que significa que todos eles representam o máximo de produção que se pode obter com os fatores de produção existentes. Já o ponto 6 representa uma combinação possível de máquinas e alimentos, porém subutilizando os fatores existentes. Ou seja, é um nível de produção abaixo das possibilidades dessa sociedade, indicando que há fatores não aproveitados (desemprego de fatores de produção). O ponto 7

representa um nível de produção impossível de ser obtido com os fatores existentes atualmente.



O formato côncavo da curva (continuamos olhando apenas a curva cheia) indica uma característica importante. Cada vez que resolvemos aumentar a produção de alimentos, teremos que fazer uma redução cada vez maior no número de máquinas produzidas (observe qual o sacrifício de máquinas cada vez que se aumenta em 10 toneladas a produção de alimentos). Simetricamente, se decidirmos aumentar a produção de maquinário, teremos que ir reduzindo proporcionalmente cada vez mais a produção de alimentos (veja o sacrifício de alimentos a cada 5 mil novas máquinas produzidas). Isso significa que os custos de oportunidade de qualquer das duas opções serão crescentes. A causa disso é que os fatores de produção não se adaptam perfeitamente a qualquer uma das escolhas. Fatores mais eficientes na produção de máquinas serão pouco eficientes na produção de alimentos. Por isso, teremos que deslocar um volume cada vez maior de fatores para aumentar o mesmo número de máquinas a cada vez.

A curva das possibilidades de produção é uma fronteira. Isso quer dizer que ela mostra o máximo, o limite superior de produção de máquinas e alimentos dessa sociedade. Para obter mais que isso – por exemplo, o ponto 7, que indica uma combinação de 25 mil máquinas e 50 toneladas de alimentos – seriam precisos mais fatores de produção que os existentes. Esse ponto poderá ser alcançado à medida que aumentar a força de trabalho dessa sociedade com o crescimento demográfico, ou que novas terras vierem a ser aproveitadas. Uma outra possibilidade, muito importante, é dada pelo



avanço tecnológico. Com novas tecnologias é possível extrair mais produtos com o uso do mesmo volume de fatores. Nesse caso, a curva ou fronteira das possibilidades de produção se deslocaria para fora (seguindo as setas), mostrando novas combinações de máquinas e alimentos, hoje impossíveis, mas amanhã tornadas possíveis pelas inovações tecnológicas. Essa nova fronteira está sendo representada pela curva tracejada do gráfico.

Assim, pode-se afirmar que a tecnologia amplia a capacidade produtiva de uma economia e, por isso, tem papel central no desenvolvimento econômico.

Subdivisões da teoria econômica: micro e macroeconomia

Muitos ramos do conhecimento são subdivididos para possibilitar um desenvolvimento mais aprofundado de seu estudo. A Economia costuma ser subdividida em dois campos principais: micro e macroeconomia.

A **Microeconomia** estuda as unidades de produção (empresas) e as unidades de consumo (famílias), individualmente ou em grupos. Por exemplo, buscar entender a relação da indústria automobilística com seus fornecedores ou com as concessionárias de veículos é um problema típico de seu estudo; ou tentar compreender como as grandes empresas negociam crédito com os bancos e as dificuldades das pequenas empresas para ter acesso ao mesmo crédito.

Já a **Macroeconomia** estuda os grandes números da economia, sem decompô-los. Questões tais como a taxa de crescimento do produto e da renda nacional, o nível de emprego e o desemprego, a inflação, as taxas de juros, a receita e a despesa do governo ou o comércio exterior são algumas das principais abordadas pelos macroeconomistas. Como eles não são decompostos, mas vistos de forma total (ou agregada), costuma-se falar de “agregados macroeconômicos”.



Podemos fazer um paralelo com alguém que deseja conhecer uma nova cidade. Ele pode, primeiramente, subir numa montanha próxima à cidade e observá-la no conjunto: seu tamanho, o que a rodeia (mar, rio, floresta, caatinga, cerrado, outras cidades), que relações ela estabelece com esse entorno (há muito movimento de entrada de pessoas ou cargas?), a altura média das construções, as principais áreas em que se divide (residencial, comercial, terrenos vazios, áreas de chácaras, parques). Outra forma é entrar diretamente na cidade e observá-la por dentro: os tipos humanos, as casas, ruas, pontes, os veículos, os postes, a iluminação etc. É evidente que o primeiro método dará uma impressão geral logo de início, mas não observará detalhes importantes. Já o segundo possibilitará conhecer bem detalhadamente a região ou as regiões que se conseguir visitar, mas deixará de lado a visão geral (e, se a cidade for grande, outras regiões ficarão desconhecidas do observador).

Obviamente, os dois métodos se completam: pode-se iniciar por um ou outro, mas o ideal é observar a cidade das duas maneiras citadas (por isso, na falta da “montanha”, turistas e pessoas interessadas costumam olhar mapas e ler materiais de apresentação de uma cidade quando querem conhecê-la, ao mesmo tempo em que se embrenham por ela). Da mesma forma, a micro e a macroeconomia não são excludentes, mas complementares. Na verdade, estamos olhando para a mesma coisa – uma determinada economia, como a do Brasil – de duas formas distintas, que, em conjunto, nos permitem compreender melhor o seu funcionamento.

Síntese

Nesta aula, você entrou em contato com o objeto de estudo da Economia e com os problemas econômicos fundamentais. Foi apresentado a alguns conceitos econômicos fundamentais: escassez, produção de bens e serviços, fatores de produção, custos de oportunidade. Começou a observar o método científico adotado em Economia. Conheceu dois modelos básicos bastante importantes: o fluxo circular da renda e a curva das possibilidades de produção. E ficou sabendo que a Economia é subdividida, para efeito de estudo, em dois campos: Macro e Microeconomia.



A próxima aula iniciará o estudo da Microeconomia, abordando os dois principais agentes da economia: os produtores e os consumidores. Você ficará sabendo o que é Oferta (que se refere aos produtores) e Demanda (que se refere aos consumidores). Receberá explicações sobre os fatores que explicam a oferta e a demanda e como elas se combinam para produzir o que chamamos “equilíbrio de mercado”, uma situação que parece impossível mas ocorre com frequência. Esses temas serão estudados nas Aulas 2 e 3. Até a próxima aula!

Referências Bibliográficas

MANKIWI, G.M. *Introdução à economia*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

NOGAMI, Otto & PASSOS, C.R.M. *Princípios de Economia*. 3 ed. São Paulo: Pioneira, 2003.

PINHO, D. B. (coord.). *Manual de Economia – equipe de professores da USP*. São Paulo: Saraiva, 2003.

VASCONCELLOS, M. A. S. & GARCIA, M. E. *Fundamentos de Economia*. São Paulo: Saraiva, 2004.